



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - *SINDIFUNC*

MARÇO DE 2020 A FEVEREIRO DE 2021

Entre os convenentes, de um lado, o **SINDICATO DOS SUBSTITUTOS, ESCRIVENTES, DATILÓGRAFOS E ATENDENTES DOS REGISTROS DE IMÓVEIS, REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS, REGISTROS CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS, REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, REGISTROS ESPECIAIS, OFÍCIO DE REGISTROS PÚBLICOS, TABELIONATOS, PROTESTOS DE TÍTULOS, OFÍCIOS DISTRITAIS E OFÍCIOS DE SEDE MUNICIPAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE E LITORAL NORTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, com sede na cidade de São Leopoldo, Rua Afonso Peña 71, Bairro São José, inscrito no CNPJ sob nº 93.850.188/0001-48, e registro sindical sob nº 24000.004182/90, publicado no DOU de 30.07.90, pagina 14515, e, de outro lado, o **SINDICATO DOS REGISTRADORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDIREGIS**, com sede em Porto Alegre/RS, à Rua Coronel Genuíno n. 421 sala 302, Bairro Centro Histórico, inscrito no CNPJ sob nº 94.595.485/0001-57 e registro sindical sob nº 46010.001646/92-14 em 07.10.92, é celebrada a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho e nos termos do art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal, mediante as cláusulas e condições seguintes:

- 1. DATA PARA O REAJUSTE SALARIAL** - A data-base da categoria ocorre no mês de março.

Parágrafo único - Impõe que se esclareça que a presente Convenção Coletiva de Trabalho está sendo celebrada em data posterior à sua data-base em face dos empecilhos e outros entraves inerentes ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, editado pelo Governo Federal, e das medidas adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19), que dificultaram e em alguns casos inviabilizaram o exercício da ampla negociação coletiva.

- 2. REAJUSTE SALARIAL NA DATA-BASE** - Os convenentes conscientes de todas as dificuldades decorrentes do atual estado de calamidade pública decorrente do covid-19, que repercutem sobremaneira e negativamente no desempenho financeiro da categoria econômica, com prejuízos inegavelmente irrecuperáveis, com a previsibilidade, inclusive, de redução do quadro funcional, ajustam entre si a inaplicabilidade de qualquer índice de reajuste salarial na data-base e para o período de vigência da presente Convenção.

2.1 Fica ajustado que, por ocasião da superveniente negociação coletiva para renovação da presente Convenção, os convenentes assumem o compromisso de incluir na pauta da negociação a repercussão financeira consequente à adoção excepcional da presente cláusula com vistas à recuperação, ainda que parcial, do poder aquisitivo do trabalhador.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



2.2 Os empregadores que espontânea e livremente anteciparam reajustamento salarial e/ou virem a reajustar o salário de seus empregados no período de validade da presente convenção estão autorizados a compensar os reajustes então antecipados com os índices de reajustamento que vierem a ser acordados na próxima convenção coletiva.

3. **POLÍTICA SALARIAL** - Os salários serão reajustados de conformidade com a legislação vigente e com as normas coletivas celebradas entre os convenentes, respeitadas as regras sobre a ilicitude do objeto de que trata o artigo 611-B da CLT.
4. **O PISO SALARIAL** - Fica ajustado que nenhum empregado integrante da categoria profissional referida poderá receber, a partir de março de 2020, salário mensal inferior ao piso mínimo atribuído a sua função, consideradas todas as parcelas que compõem a sua remuneração, de conformidade com a tabela abaixo, que no presente instrumento não está sendo atualizada, conforme acordado no item 2 supra. De qualquer modo, nenhum trabalhador poderá receber salário inferior ao salário mínimo nacional.

ENTRÂNCIAS/CARGOS	DISTRITAL	INICIAL	INTERMEDIÁRIA	FINAL
Serviços Gerais (Ofício) e auxiliar (CRVA)	1.040,54	1.040,54	1.040,54	1.040,54
Atendente (Ofício e CRVA)	1.042,97	1.045,39	1.108,45	1.115,73
Datilógrafo/Digitador (Ofício)	1.055,09	1.069,65	1.215,18	1.275,81
Escrevente (Ofício)	1.069,65	1.193,83	1.370,41	1.659,04
Escrevente Autorizado (Ofício) ou IVD (CRVA)	1.108,45	1.278,24	1.562,02	2.037,42
Ajudante/Substituto (Ofício) ou Coordenador (CRVA)	1.193,83	1.397,09	1.751,21	2.241,16

Parágrafo único - Os convenentes têm entre si ajustado que os cargos constantes da tabela são meramente enunciativos, não constituindo obrigatoriedade aos empregadores de contratarem empregados em todas essas funções. O quadro representa a remuneração mínima para cada função nele constante.

5. **CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO E ANOTAÇÃO NA CTPS** - O trabalhador deverá, obrigatoriamente, disponibilizar sua CTPS ao empregador que o admitir que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para as anotações de que trata o artigo 29 da CLT, na



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do RS



redação dada pela **LEI Nº 13.874, de 20 DE SETEMBRO DE 2019**, inclusive com cópia do contrato de trabalho, se houver.

6. **VISO PRÉVIO** - Concedido o aviso prévio, neste deverá constar obrigatoriamente:
- a) Sua forma (se trabalhado, indenizado ou dispensado do cumprimento);
 - b) A redução da jornada ou dos dias de trabalho, sendo que esta será de livre opção do empregado. Caso ele optar pela redução da jornada, poderá escolher o horário desta;
 - c) A data do pagamento das verbas rescisórias.

§ 1º - No caso de o empregado despedido comprovar a obtenção de novo emprego fica o mesmo dispensado do cumprimento do aviso prévio, integral ou parcial, tornando imediatamente efetiva a rescisão do contrato de trabalho, desonerando o empregador do pagamento da remuneração dos dias eventualmente não trabalhados.

§ 2º - Na hipótese de a ruptura do vínculo se der por iniciativa do empregado as mesmas regras de que trata o § 1º supra poderão ser adotadas, a critério do empregador.

7. **DECLARAÇÃO EXPRESSA DO MOTIVO DE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA** - Aos empregados demitidos por justa causa será fornecida declaração, por escrito, do motivo justificador da resolução contratual.
8. **DATA DO PAGAMENTO DO SALÁRIO MENSAL** - O pagamento do salário mensal será feito – no máximo – até o primeiro dia útil do mês subsequente ao mês de realização do trabalho, vedada, para tanto, a utilização de cheques de terceiros.
9. **ADIANTAMENTO DO SALÁRIO MENSAL** - Fica assegurada aos empregados a opção de receber adiantamento de cinquenta por cento (50%) do salário mensal até quinze (15) dias antes da data do pagamento mensal previsto.
10. **FORNECIMENTO DE CONTRA-RECIBO DE PAGAMENTO** - Fornecimento aos empregados de documento de pagamento da remuneração, com identificação do empregador e discriminação das parcelas pagas e dos descontos efetuados.
11. **ADICIONAL PARA HORAS EXTRAS** - Será devido adicional de cem por cento (100%) para horas extras trabalhadas aos domingos e feriados, sem prejuízo do direito ao gozo da folga semanal.

Parágrafo Único - Somente serão consideradas como extras as horas trabalhadas em domingos e feriados em regime de plantões em registros públicos ou de efetivo



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



trabalho prestado, excluídos os períodos de sobreaviso que, se houver, deverão ser remunerados na forma da lei (TST – Súmula 428).

- 12. PAGAMENTO DE FÉRIAS PROPORCIONAIS** - Será assegurado o pagamento de férias proporcionais aos empregados demitidos sem justa causa que tenham menos de um ano de serviço.
- 13. TOLERÂNCIA EM ATRASO** - Tolerância de cinco (5) minutos por atraso, por turno de trabalho, sem prejuízo de salários e demais vantagens percebidas pelo empregado. De igual modo, o tempo gasto pelo empregado para registro de ponto nos 10 minutos que antecedem e sucedem à sua jornada normal, não pode ser considerado como hora extra.

Parágrafo único - Ocorrendo atraso na chegada do empregado, sendo admitido seu ingresso no trabalho, não poderá o empregador descontar-lhe o repouso semanal remunerado correspondente.

- 14. COMPENSAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO** - A jornada de trabalho poderá ser prorrogada, desde que não seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, sem o pagamento de acréscimo das horas suplementares, com vistas a compensar a supressão e/ou diminuição da jornada de trabalho em outro dia, nas sextas-feiras e/ou nos sábados, de modo a ser observado o limite legal de horas semanais, ficando, desde logo convenicionado que caso o dia compensado cair no feriado não haverá ônus para o empregador que poderá conceder folga compensatória em outro dia da semana subsequente, ou adequar o regime compensatório na semana correspondente. O presente acordo de compensação alcança, também, as atividades insalubres, sendo dispensável a inspeção prévia de que cogita o artigo 60 da CLT, na forma prevista no art. 611-A, inciso XIII da CLT.
- 15. REDUÇÃO DO INTERVALO PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO** - As serventias, cuja jornada de trabalho exceda a 6 (seis) horas, estão autorizadas a reduzir o intervalo para repouso e alimentação, de maneira a manter dito intervalo, no mínimo, em 45 (quarenta e cinco) minutos, não computável na duração do trabalho, ex vi legis do artigo 611-A, inciso III da CLT. Com efeito, na adoção desse intervalo de 45 minutos, a jornada normal de trabalho se encerrará 15 minutos mais cedo.
- 16. ABONO ANUAL DE FALTAS** - Abono anual de faltas de dois (2) dias para o tratamento de interesses particulares. Caso o empregado não usufrua deste direito caberá ao empregador acrescer o valor correspondente a esses dias no pagamento do mês do aniversário de seu contrato de trabalho.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



17. DISPENSA REMUNERADA (De acordo com Artigo 473 da CLT):

- a) De dois (2) dias por mês, limitada a três dispensas anuais, e outras que se fizerem necessárias, sem remuneração, para acompanhamento de filho, genitor ou cônjuge, em internação hospitalar ou em atendimento ambulatorial.
- b) De dois (2) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa sob sua dependência econômica.
- c) De três (3) dias para casamento.
- d) De um (1) dia a cada 12 meses para doação de sangue.
- e) Dispensa remunerada em dias em que o empregado tenha prestado exame vestibular.
- f) Dispensa remunerada do tempo que tiver que comparecer em juízo.

Parágrafo único - As dispensas previstas neste artigo serão concedidas mediante comprovação.

- 18. ABONO DE FALTAS EM DIAS DE PROVAS ESCOLARES** - Serão abonadas e remuneradas as faltas do empregado nos dias de provas escolares ou universitárias, estabelecida a proporção de uma (1) tarde por mês, desde que comprovada por atestado da instituição que esteja estudando, em curso oficial e regular, e desde que o empregador seja notificado com a antecedência de pelo menos quarenta e oito (48) horas.
- 19. FREQUÊNCIA À INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL EM OUTRA CIDADE** - Fica assegurada ao empregado estudante a saída do local de serviço, antes do final da jornada de trabalho, para deslocar-se a outra cidade, a fim de, no turno da noite, frequentar Instituição Educacional, desde que acordada com o empregador a respectiva compensação de horário, ressalvados os acordos já celebrados.
- 20. RECONHECIMENTO DE ATESTADOS** - Reconhecimento de atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais credenciados ou não em órgão previdenciários, desde que não haja convênio médico-hospitalar firmado, nos termos desta convenção.
- 21. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO, A TÍTULO DE TRIÊNIO** - Fica assegurado aos empregados um adicional de três por cento (3%), calculado sobre o salário básico, a cada três anos de efetivo serviço prestado ao mesmo empregador, até o limite de onze triênios, ou seja, trinta e três por cento, computando-se, para esse efeito, o tempo de serviço já decorrido.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



§ 1º - Atingido o limite de onze triênios, o adicional será incorporado para todos os efeitos ao salário básico do empregado, em rubrica própria.

§ 2º - Os empregados que se aposentarem e permanecerem prestando serviços ao mesmo empregador continuarão a receber o triênio de que trata o "caput" desta cláusula, até o limite nela previsto.

§ 3º - Os empregados que vierem a ser recontratados contarão o tempo de serviço para os efeitos do adicional de que trata esta cláusula a partir da data efetiva do novo vínculo trabalhista, não sendo computado, portanto, o tempo de serviço anterior.

22. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO - Os empregadores das categorias econômicas aqui representadas, com mais de três empregados, concederão aos seus empregados auxílio refeição no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) por dia de efetivo trabalho, exceto aos sábados, domingos e feriados, sob a forma de tíquetes refeição ou tíquetes alimentação, facultado, excepcionalmente, o seu pagamento em dinheiro.

§ 1º - A presente cláusula não alcança os empregadores que já adotam algum mecanismo similar de concessão de auxílio-alimentação, com ou sem a participação do trabalhador, ficando assegurada a faculdade de substituírem a sistemática até então adotada pela contida no "caput" da presente cláusula.

§ 2º - O auxílio alimentação não tem natureza salarial, não se integrando nem se incorporando ao salário, para qualquer efeito.

23. FORNECIMENTO DE LANCHE - Fornecimento gratuito de lanche para os empregados que, naquele dia, desenvolverem trabalho extraordinário a partir de 1h30min de efetivo trabalho extraordinário, ficando ajustado que o valor do lanche não poderá exceder a 50% do auxílio alimentação. O que exceder será suportado pelo empregado.

24. VALE TRANSPORTE - O vale transporte será concedido aos empregados, nos termos e na forma prevista na legislação de regência.

25. ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR - Fica estipulado que os empregadores contratarão empresa prestadora de serviço médico, de livre escolha, nos moldes do **PLANO EMPRESARIAL – planos 1 - Básico (CONSULTAS MÉDICAS E EXAMES – com pagamento de 50% da consulta) e 2 - OPCIONAL (HOSPITALAR – com exclusão por impossibilidade financeira, de cobertura para AIDS)**, sendo que a despesa mensal de custeio do plano e das consultas serão suportadas equitativamente – 50% pelo empregador e 50% pelo empregado.

§ 1º - Fica dispensado do cumprimento desta cláusula o empregador que já tenha firmado convênio anteriormente.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



§ 2º - A critério do empregado esse poderá incluir seus dependentes no Plano, desde que contratualmente viável, suportando a integralidade das despesas mensais de custeio do plano e das consultas dos seus dependentes que vier a cadastrar no Plano assistencial escolhido, sem ônus para o empregador.

§ 3º - Para beneficiar-se do convênio médico-hospitalar de que trata esta cláusula, deverá o empregado manifestar, expressamente e por escrito, o seu interesse em participar, dirigindo correspondência a esse respeito ao seu empregador.

- 26. SAÚDE OCUPACIONAL** - A categoria econômica dos registradores públicos fica desobrigada de indicar um médico coordenador para o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, na forma estabelecida na NR-7, na redação dada pela Portaria nº 8, da SSST/Mtb, de 08.05.96.
- 27. SEGURO DE VIDA** - Os empregadores poderão instituir seguro de vida (individual ou em grupo) em favor de seus empregados e com a anuidade destes, podendo ser descontado do salário do empregado o valor pago a esse título.
- 28. GARANTIA À GESTANTE E COMUNICAÇÃO AO EMPREGADOR** - O direito à garantia no emprego à empregada gestante, nos casos de denúncia do contrato, por iniciativa do empregador, fica condicionado à comunicação inequívoca, ao empregador, do estado gravídico até sessenta dias após a extinção do contrato, com vistas a assegurar ao empregador a faculdade de declarar a nulidade do aviso prévio e da extinção do contrato de trabalho, ou indenização compensatória. Vencido o prazo, sem a comunicação, dar-se-á por definitivamente extinto o vínculo, nada sendo devido à empregada a esse título. A comunicação da gravidez deverá vir acompanhada de documento comprobatório, de maneira que a "confirmação" da mesma, prevista no artigo 10, II, "b", do ADCT, da Constituição Federal, não renda ensejo a dúvida.
- 29. HORÁRIO DA AMAMENTAÇÃO (De acordo com Artigo 396 da CLT)** - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 06 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a 02 (dois) descansos especiais, de meia hora cada um, possibilitado o acordo individual de que trata o § 2º do art. 396 da CLT.
- 30. REMOÇÃO PARA ATENDIMENTO MÉDICO** - Remoção para atendimento médico, a expensas do empregador, dos empregados que necessitarem, durante o horário de trabalho.
- 31. CONTROLE DE TEMPERATURA AMBIENTAL** - Nos ambientes mantidos sob temperatura artificial, a média desta deverá se manter entre vinte (20) e vinte e quatro (24) graus celsius.



SINDIREGIS

Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



- 32. SAÍDAS DE EMERGÊNCIA** - Todas as saídas de emergência, quando houver, deverão ser sinalizadas.
- 33. SINDICATO COMO SUBSTITUTO PROCESSUAL** - Admissão do sindicato profissional como substituto processual de todos os empregados para reclamar o cumprimento das cláusulas fixadas nesta convenção.
- 34. CLÁUSULA ASSISTENCIAL** - Dos empregados beneficiados com a presente convenção e que expressamente e por escrito manifestarem sua concordância, os empregadores descontarão, mensalmente, na folha de pagamento, a partir de março/2021, o valor equivalente a **2% sobre o valor do respectivo piso salarial**, de que trata a cláusula quarta, e repassarão os valores ao Sindicato profissional até o dia dez (10) do mês subsequente à efetivação do desconto, sob pena de pagamento de multa de dois por cento (2%), juros de um por cento ao mês e correção monetária na forma da lei. Junto ao repasse dos valores aqui referidos os empregadores deverão fornecer ao Sindicato profissional a nominata de seus empregados.
- 35. INGRESSO DE REPRESENTANTES SINDICAIS NA SERVENTIA REGISTRAL** - Fica assegurado aos representantes sindicais ingressar no recinto das serventias registrais, em local e hora previamente determinados, para a entrega de informativos e palestra, por período de no máximo meia (1/2) hora, desde que previamente acordado com o empregador.
- 36. IMPLANTAÇÃO DE MURAL** - Implantação de mural, nos locais de trabalho, assegurada a não censura prévia e vedado o anonimato.
- 37. RELAÇÃO DOS EMPREGADOS ADMITIDOS E DEMITIDOS** - Fornecimento mensal ao Sindicato da relação dos empregados admitidos e demitidos, bem como as cópias das guias do INSS, FGTS e contribuição assistencial de 2% dos associados, desde que ocorrente essa contribuição.
- 38. ESTABILIDADE NO EMPREGO PARA MEMBROS DA DIRETORIA DO SINDICATO** - Fica vedada a dispensa do empregado sindicalizado, a partir do momento do registro de sua candidatura a cargo de direção ou de representação de entidade sindical, até um ano após o final de seu mandato, caso seja eleito, inclusive como suplente, salvo se cometer falta grave devidamente apurada nos termos da CLT.
- 39. MULTA DO § 1º DO ARTIGO 18, DA LEI DO FGTS** - O depósito na conta vinculada do empregado, na hipótese de despedida pelo empregador sem justa causa, dar-se-á de conformidade com o disposto na lei do FGTS.
- 40. DESCONTOS AUTORIZADOS** - O empregador poderá descontar do salário de seus



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



empregados, desde que legalmente permitido e/ou quando expressamente e por escrito autorizado pelo mesmo, valores referentes a refeições, transporte, previdência privada, seguro de vida e acidentes pessoais, associações, clubes, cooperativas, mensalidade associativa do sindicato, convênios com hospitais, médicos, odontólogos, laboratórios, ópticas, farmácias.

§ 1º - As autorizações outorgadas pelos empregados poderão ser revogadas a qualquer tempo, mediante inequívoca e antecedente comunicação ao empregador.

§ 2º - O somatório dos descontos realizados não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do empregado no mês, salvo por ocasião da extinção do contrato de trabalho, quando todos os descontos serão efetuados, incontinenti e independente de qualquer limitação.

§ 3º - Independem de autorização os descontos decorrentes de danos causados pelo empregado, por culpa ou dolo, posto responderem os mesmos pelos prejuízos que, nessa condição, causarem ao seu empregador, condicionados à prova inequívoca da ilicitude.

41. AUXÍLIO CRECHE - Os empregadores da categoria econômica aqui representada, com mais de cinco empregados, deverão reembolsar diretamente ao genitor que comprovadamente exerça a guarda dos filhos, as despesas havidas com a guarda legal, vigilância e assistência por filho em creche que preencha os requisitos legais, de sua livre escolha, no valor de até R\$ 194,18 (cento e noventa e quatro reais e dezoito centavos) por filho, mediante comprovação.

§ 1º - O presente auxílio não integrará nem se incorporará ao salário para qualquer efeito.

§ 2º - Esse auxílio não será obrigatório para os empregadores que possuam creche própria ou mediante convênio com creches particulares em condições favoráveis.

§ 3º - O pagamento deste auxílio não poderá sofrer cumulação, para o caso de o casal (pai e mãe) do menor trabalharem para o mesmo empregador e no mesmo estabelecimento.

§ 4º - O auxílio previsto no caput será devido a partir do requerimento formulado pelo empregado ao empregador até a data em que o menor completar 6 anos de idade, sem efeito retroativo.

42. MULTA DO EMPREGADOR PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO - Comprovado o descumprimento de qualquer das cláusulas ajustadas fica o empregador sujeito à multa de dois por cento (2%) sobre o salário base profissional, por obrigação descumprida, que deverá ser paga aos prejudicados, independente de outras sanções legais cabíveis.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



43. CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES ESPECÍFICAS -

Na hipótese de extinção da delegação ao titular do serviço registral, seguida de novo vínculo definitivo (delegação por concurso de ingresso ou remoção) ou em regime de interinidade, os novos contratos de emprego dos trabalhadores que permanecerem na atividade, ainda que sem solução de continuidade, não se comunicam com o período anterior de trabalho, sendo considerados contratos de emprego distintos e independentes para todos os fins legais, inclusive para pagamento de adicional de tempo de serviço e para o cômputo do período aquisitivo de férias.

§ 1º - O registrador que assumir a serventia através de vínculo definitivo (delegação por concurso de ingresso ou remoção) ou em regime de interinidade deverá formalizar novos contratos de emprego, relativamente àqueles empregados que decidir contratar, cujo vínculo dar-se-á a partir da data da efetiva contratação.

§ 2º - Os contratos de trabalho a serem firmados pelo registrador que assume a delegação interinamente são considerados a prazo indeterminado, devendo ser reservado valor para as rescisões dos contratos, mediante constituição de fundo para esse fim, caso autorizado pela autoridade competente.

§ 3º - O registrador que assumir a delegação por concurso de ingresso ou remoção e que decidir contratar os empregados que mantinham vínculo com o delegado anterior não poderá reduzir os salários então vigentes com o antigo empregador, exceto se houver expressa concordância do trabalhador com a assistência sindical. No caso da designação como interino, os salários anteriormente praticados também não poderão ser reduzidos, mas a contratação dependerá da autorização da autoridade judiciária competente.

§ 4º - Os contratos de emprego mantidos pelos registradores estão vinculados exclusivamente à pessoa natural do titular, único e efetivo empregador e responsável pelas obrigações decorrentes do contrato de emprego, exceto nos casos de interinidade.

§ 5º - Os empregados que mantinham contrato de trabalho vigente ao tempo do falecimento do Titular têm direito a buscar, contra o legitimado passivo conforme a legislação em vigor, o pagamento das parcelas rescisórias como: saldo de salário, aviso prévio, 13º salário, férias e respectivo abono, FGTS e respectiva multa, bem como as guias para encaminhamento de eventual seguro desemprego. No caso de interinidade, adotar-se-ão, nesse particular, os critérios estabelecidos pela Direção do Foro no exercício da fiscalização.

44. DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO CONTRATO DE TRABALHO - Os convenientes têm ajustado a prerrogativa outorgada aos empregadores para que na forma da Medida Provisória 936/2020, convertida na Lei 14.020, de 6 de julho de 2020,



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



promovam a suspensão temporária do contrato de trabalho, observados os prazos legais e a anuência do trabalhador, sem prejuízo dos benefícios que o empregador até então vinha concedendo, voluntariamente e/ou pelo que dispõe a convenção coletiva de trabalho, a exemplo do vale-alimentação, dentre outros, *ex vi legis* do artigo 8º, § 2º, inciso I de ambos os diplomas legais.

45. PRAZO DE VIGÊNCIA - A presente convenção terá vigência a partir de 1º de março de 2020 até 28 de fevereiro de 2021, comprometendo-se os convenentes a promover o registro no sistema mediador.

§ 1º - A presente Convenção Coletiva de Trabalho está sendo celebrada em data posterior à sua data-base em face dos empecilhos e outros entraves inerentes ao estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, editado pelo Governo Federal, e das medidas adotadas para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (covid-19), que inviabilizaram o exercício tempestivo da ampla negociação coletiva.

§ 2º - Na hipótese de alguma inconsistência no registro sindical que inviabilize sua transmissão eletrônica pelo “mediador” os convenentes se comprometem a fazer o registro ou averbação da presente Convenção perante o ofício de registro de títulos e documentos.

§ 3º - Independentemente do registro no sistema mediador ou averbação junto ao ofício de registro de títulos e documentos, a presente Convenção está revestida de força obrigatória, fazendo lei entre as partes, e plenamente exigível o cumprimento de todas as cláusulas e obrigações assumidas pelos contraentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior.

46. EFICÁCIA JURÍDICA - Por estarem justos e acordados, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam os convenentes a presente convenção coletiva de trabalho, em duas vias de igual teor e forma.



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS



Porto Alegre e São Leopoldo, 17 de novembro de 2020.

1º TABELIONATO
Sind. Subst. Escrev. Datil. e Atend.
de Of. Registros e Tabelionatos
Região Metropolitana e Litoral Norte

ROSANE KRAEMER
CPF nº 266315710-49

Sindicato Profissional – SINDIFUNC
Presidente

CALIXTO WENZEL
CPF nº 264178470-04

Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul – SINDIREGIS
Presidente

1º TABELIONATO DE NOTAS DE SÃO LEOPOLDO
Rua Independência, 625 - São Leopoldo - RS - Fone: (51) 3579-3500
JENIFER CASTELLAN DE OLIVEIRA - TABELIÃ DESIGNADA

Reconheço por **SEMELHANÇA** a firma de **Rosane Kraemer**,
diante da impossibilidade do firmatário em comparecer. Dou fé.
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
São Leopoldo, terça-feira, 16 de dezembro de 2020
Emol: R\$ 7,40 + Selo digital: R\$ 1,40 - 15:27:16 - 2340742 - 30983
Selo Digital: 0617.01.1900011.98745

Alexandra Festner
Escrevente Autorizada



SINDIREGIS Sindicato dos Registradores
Públicos do Estado do RS